
Moção de Repúdio aos cortes de recursos orçamentários para o SUS em 2023

A imprensa já vinha noticiando a iminência de cortes em diversas áreas da Saúde, em função da ampliação das verbas do denominado “Orçamento Secreto”, para “agradar” a base de apoio do governo genocida de Jair Bolsonaro.

Segundo o Relatório da Comissão de Orçamento e Financiamento (Cofin) do Conselho Nacional de Saúde, preparatório à análise e à discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2023 (PLDO 2023), este projeto contém cortes drásticos em vários setores da saúde, representando uma perda de 22,7 bilhões de reais frente ao orçamento de 2022 (excluindo os gastos com a Covid-19). Tal redução orçamentária é verificada em todas as secretarias e unidades do Ministério da Saúde, em decorrência do congelamento dos investimentos em saúde imposto pela Emenda Constitucional 95, tornando-se o pior cenário de participação da saúde no total da Receita Corrente Líquida já registrado, com apenas 13% da participação no total arrecadado pela união.

Chamam a atenção, dentre os principais cortes orçamentários previstos na programação, o valor destinado às ações de imunização, cujo orçamento passou de 13,6 bilhões em 2022 para 8,6 na PLOA 2023, mas outras despesas essenciais também sofreram cortes drásticos de cerca de 60%, como a saúde indígena e assistência farmacêutica, podendo afetar serviços com o provimento de médicos e a oferta de medicamentos gratuitos.

Outro aspecto negativo explicitado no relatório é o de que as Emendas Parlamentares representam no PLDO 2023 o valor de 17 bilhões (cerca de 13% do valor total da receita da união), sendo quase quatro vezes maior que a média de participação entre 2014-2016. Desta forma, as emendas de relator (o chamado orçamento secreto) são as principais responsáveis para o incremento dessa modalidade de investimento nos últimos anos, porém são valores reservados sem nenhuma programação de despesa, impactando junto da EC95 na redução do orçamento para a saúde.

Finalmente, o relatório da Cofin demonstrou ainda que os valores per capita investidos na saúde tem sofrido quedas desde 2012, se aproximando em 2023 do valor de R\$687, mesmo valor aplicado 10 anos atrás, havendo igualmente um congelamento dos valores aplicados pela união como piso constitucional da saúde.

O Conselho Nacional de Saúde repudiou estes cortes, sendo que André Luiz de Oliveira, coordenador da Cofin, destacou que a gravidade da situação exige uma atuação imediata do Controle Social: “Precisamos definir diretrizes e encaminhamentos frente ao cenário para recompor o orçamento da saúde, independente de quem será o governante. Caso contrário, teremos impacto direto na qualidade do atendimento à população”. E o presidente do CNS, Fernando Pigatto, criticou a peça orçamentária apresentada pelo Governo Federal: “É uma intensificação do projeto de morte em curso nesse país. A prioridade de um governo é aquilo que se coloca no orçamento. Isso não são apenas números, são vidas de milhões de brasileiros. Precisamos de lutar junto ao Congresso Nacional para reverter esse crime cometido pelo Governo Federal”.

O Conselho Municipal de Saúde de Campinas, por UNANIMIDADE, manifesta seu REPÚDIO aos cortes nos recursos do Orçamento da União para a Saúde em 2023.

Conselho Municipal de Saúde

Campinas, 26 de Outubro de 2022.